



CÂMARA MUNICIPAL DE SEABRA

PROVA OBJETIVA – CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE QUESTÕES

ADVOGADO

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no concurso público.

2. O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO:

O sucesso é fruto do seu estudo.

3. O candidato deverá conferir a quantidade de questões presente neste caderno.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar UMA letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do concurso público no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Os piores entre nós

Instituições não existem. Só existem pessoas

Instituições são ficções. Em *Sapiens*, Yuval Harari chama a Peugeot, a montadora francesa de automóveis, de uma ficção jurídica: os carros, as fábricas e os funcionários existem fisicamente, mas a empresa é uma entidade imaginária cuja existência depende de leis e do que ele chama de uma “história compartilhada” na qual combinaram de acreditar. Mas ninguém jamais tocou na Peugeot ou juntou com ela – a Peugeot não é um organismo vivo ou um objeto físico. A mesma coisa pode ser dita de um governo, de um Congresso ou de um Tribunal. Essas instituições são ficções, representadas essencialmente pelas pessoas que as compõem.

Instituições não existem. Só existem pessoas – e elas podem ser competentes ou incapazes, virtuosas ou malélicas, generosas ou psicopatas.

O economista Douglas North, no seu livro *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*, diz que instituições são as regras do jogo em uma sociedade. Instituições são a Constituição, as leis, os regulamentos, as tradições e as regras não escritas de convívio social. Segundo North, as instituições de um país determinam seu desenvolvimento. Mas regras, em si, não são suficientes. É preciso que as pessoas decidam respeitá-las.

Em 2011, ao falar no Senado dos EUA, Antonin Scalia, juiz da Suprema Corte americana, lembrou que a antiga União Soviética – que ele, ecoando Ronald Regan, chamou de *império do mal* – tinha uma Constituição que garantia direitos muito mais amplos do que os previstos na Constituição americana. Mas eram direitos de papel, que nada valiam diante do Estado soviético. Scalia disse que a liberdade americana não é garantida por palavras, mas por uma estrutura de governo que, dividindo o Estado em vários poderes que competem entre si, impede a hegemonia de qualquer um deles. O confronto entre os poderes não é um problema – essa foi a mensagem de Scalia. A disputa entre poderes é a garantia de nossa liberdade.

Daron Acemoglu e James Robinson, autores de *Por Que as Nações Fracassam*, dividem as instituições em dois grupos: extrativas – quando extraem riqueza da sociedade para concentrá-la nas mãos de poucos – e inclusivas – quando permitem que a maior parte da sociedade se beneficie da riqueza. Nossas instituições são, evidentemente, extrativas. Mesmo as mais inclusivas são conduzidas por pessoas, e a condução refletirá a concepção que essas pessoas têm do Estado. Para algumas delas, a função do Estado é enriquecê-las.

No prefácio de sua excepcional tradução de *A República* de Platão, Allan Bloom comenta a preocupação de Sócrates com a educação dos governantes: “Os regimes dependem das

virtudes dos homens e não das instituições; se as virtudes mais altas não estiverem presentes nos governantes, um regime inferior será instituído. Não há guardiões acima dos guardiões [...]”.

Alguém precisa dizer isso aos brasileiros que, repetidamente, caem na armadilha ideológica e emocional de atribuir abstrações políticas (“democracia”, “Estado Democrático de Direito”, “Constituição”, “tribunal” ou “conselho”) o mágico poder de consertar as imoralidades e punir os crimes, apenas para ver essas abstrações sendo usadas como justificativa para mais imoralidades e mais crimes. As instituições às quais confiamos nossos direitos se revelaram quadrilhas organizadas para nos expropriar.

Instituições não existem. Só existem pessoas. E um indivíduo ou um grupo, investido de grande poder, só será contido por outros indivíduos, ou grupos com poder semelhantes, que recusem submissão. Mas, em nosso país, a submissão parece estar sempre ao alcance de um uísque puro malte, um contrato de “assessoria” e uma promessa de manter em segredo mensagens, fotos e vídeos comprometedores.

Os incentivos da política são perversos em todos os lugares, como já explicou Niall Ferguson em *A Grande Degeneração*. Políticos são estimulados a mentir, fraudar e roubar porque a recompensa é enorme, e o custo – a possibilidade de punição – é baixo. Mas, quando essas práticas contaminam até as áreas do Estado responsáveis pela aplicação da lei, a pergunta que o cidadão se faz é: como é possível que tenhamos selecionado, para nos governar, os piores entre nós?

Fonte: MOTTA, Roberto. Revista Oeste, ed.342. *Os piores entre nós*.
<https://revistaouest.com/revista/edicao-342/os-piores-entre-nos-2/> (adaptado).

01. A partir das ideias expostas no texto I, pode-se inferir corretamente que as Instituições:

- Representam um conceito abstrato e dependem da materialidade de seres concretos e virtuosos para que sua existência alcance legitimidade social.
- Apresentam-se como organismos concretos a fim de garantir o equilíbrio do regimento social para benefício do corpo coletivo.
- Mostram-se por si só como suficientes para determinar o desenvolvimento social, desde que o corpo coletivo respeite suas regras.
- Enquanto materialidade verbal, determinam a liberdade de qualquer país à medida que contiver o maior número de direitos garantidos à população.
- Prescindem de virtudes humanas, uma vez que se apresentam como elemento concreto do processo legal enquanto referência guardiã da sociedade.

02. Analise a seguir as observações sobre o texto I antes de julgar o que se pede.

- O autor faz uso do argumento de autoridade por meio do discurso direto remissivo a diferentes autores, os quais ajudam a corroborar sua ideia.
- O texto é essencialmente de natureza descritivo-analítica e relega o caráter subjetivo de sua composição.



III. Observa-se que a linguagem utilizada no texto prima pelo caráter formal, denotativo e objetivo a fim de expor essencialmente sua mensagem para o interlocutor.

IV. O texto possui tipologia dissertativa, apresentando-se como Artigo de opinião enquanto gênero.

Pode-se dizer que se encontra correto o que foi afirmado acima apenas em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) I, II e IV.

03. “As instituições às quais confiamos nossos direitos se revelaram quadrilhas organizadas para nos expropriar.”

A partir do fragmento exposto acima, assinale a alternativa cuja reescrita tenha mantido o valor semântico, bem como o respeito à norma-padrão da Língua Portuguesa.

- a) As instituições à que confiamos nossos direitos se apresentaram como grupos contraventores para nos expropriar.
- b) Se mostraram grupos criminosos para nos expropriar às instituições as quais confiamos nossos direitos.
- c) Confiamos nossos direitos às instituições as quais se mostraram como organizações criminosas a fim de nos expropriar.
- d) As instituições cujos direitos confiamos se apresentaram como quadrilhas criminosas a fim de nos expropriar.
- e) Confiaram-se às instituições nossos direitos para nos expropriar por quadrilhas organizadas.

04. Marque a alternativa cuja análise gramatical e semântica sobre a expressão em destaque esteja corretamente avaliada, conforme o seu emprego contextual.

- a) “Essas instituições são ficções, representadas essencialmente pelas pessoas que as compõem.” (1º par.) – Advérbio formado por derivação prefixal.
- b) “Instituições não existem. Só existem pessoas – e elas podem ser competentes ou incapazes, virtuosas ou malélicas, generosas ou psicopatas.” (2º par.) – Adjetivo formado por derivação parassintética.
- c) “...tinha uma Constituição que garantia direitos muito mais amplos do que os previstos na Constituição americana.” (4º par.) – Substantivo formado por derivação sufixal.
- d) “...o mágico poder de consertar as imoralidades e punir os crimes, apenas para ver essas abstrações sendo usadas como justificativa para mais imoralidades e mais crimes.” (7º par.) – Substantivo formado por derivação prefixal e sufixal.
- e) “Mas, em nosso país, a submissão parece estar sempre ao alcance de um uísque puro malte, um contrato de assessoria e uma promessa de manter em segredo mensagens, fotos e vídeos comprometedores.” (8º par.) – Substantivo formado por Composição por justaposição.

05. Analise cada afirmação abaixo, segundo as regras vigentes de acentuação gráfica, antes de julgar o que se pede.

() Em “Instituições são ficções. Em *Sapiens*, Yuval Harari chama a Peugeot, a montadora francesa de automóveis, de uma ficção jurídica: os carros, as fábricas e os funcionários existem fisicamente...” (1º par.), ambas as palavras em destaque podem ser consideradas proparoxítonas, o que justifica sua obrigatoriedade quanto à regra de acentuação.

() Em “Segundo North, as instituições de um país determinam seu desenvolvimento.” (3º par.), o vocábulo em destaque é acentuado pela regra das oxítonas.

() Em “Mesmo as mais inclusivas são conduzidas por pessoas, e a condução refletirá a concepção que essas pessoas têm do Estado.” (5º par.), apesar de ser um monossílabo tônico, a palavra em destaque é acentuada pela regra do acento diferencial.

() Em “...se as virtudes mais altas não estiverem presentes nos governantes, um regime inferior será instituído.” (6º par.), o vocábulo em destaque justifica o emprego do acento pela regra das paroxítonas.

() Em “Alguém precisa dizer isso aos brasileiros que, repetidamente, caem na armadilha ideológica e emocional de atribuir abstrações políticas...” (7º par.), as palavras em destaque possuem mesma tonicidade silábica, porém a primeira é acentuada pela regra do acento diferencial.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) V – F – V – F – F.
- b) F – F – F – V – V.
- c) F – V – V – F – F.
- d) V – V – F – V – V.
- e) F – F – V – F – F.

06. Leia os períodos a seguir antes de responder ao que se pede.

I. “Segundo North, as instituições de um país determinam seu desenvolvimento. Mas regras, em si, não são suficientes.” (3º par.)

II. “Políticos são estimulados a mentir, fraudar e roubar porque a recompensa é enorme, e o custo – a possibilidade de punição – é baixo.” (9º par.)

Assinale a alternativa que apresenta, pela ordem, a indicação da natureza semântica das expressões em destaque em cada período acima.

- a) Causa – Concessão – Explicação.
- b) Conformidade – Adversidade – Causa.
- c) Conclusão – Adversidade – Consequência.
- d) Conformidade – Concessão – Causa.
- e) Causa – Adversidade – Explicação.

07. “Essas instituições são ficções, representadas essencialmente pelas pessoas que as compõem.” (1º par.)



Elementos de coesão colaboram com o encadeamento de afirmações feitas no texto a fim de garantir a sequência devida das ideias expostas. A partir disso, avalie o elemento coesivo em destaque no fragmento acima e, a seguir, assinale a alternativa que contiver o mesmo papel morfológico aplicado no contexto.

- a) “O economista Douglas North, no seu livro *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*, diz que instituições são as regras do jogo em uma sociedade.” (3º par.)
- b) “É preciso que as pessoas decidam respeitá-las.” (3º par.)
- c) “Em 2011, ao falar no Senado dos EUA, Antonin Scalia, juiz da Suprema Corte americana, lembrou que a antiga União Soviética [...] tinha uma Constituição que garantia direitos muito mais amplos do que os previstos na Constituição americana.” (4º par.)
- d) “Daron Acemoglu e James Robinson, autores de *Por Que as Nações Fracassam*, dividem as instituições em dois grupos: extrativas – quando extraem riqueza da sociedade para concentrá-la nas mãos de poucos – e inclusivas – quando permitem que a maior parte da sociedade se beneficie da riqueza.” (5º par.)
- e) “As instituições às quais confiamos nossos direitos se revelaram quadrilhas organizadas para nos expropriar.” (7º par.)

08. Analise as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

- () Em “Instituições são ficções.” (1º par.), a expressão em destaque cumpre função sintática de complemento de um verbo significativo num predicado nominal.
- () Em “A mesma coisa pode ser dita de um governo, de um Congresso ou de um Tribunal.” (1º par.), encontra-se em destaque o núcleo de um sujeito paciente cuja voz verbal se classifica como passiva sintética.
- () Em “Instituições não existem. Só existem pessoas.” (2º par.), os termos em destaque representam diferentes funções sintáticas em suas respectivas orações: o primeiro é sujeito, enquanto o segundo classifica-se como objeto direto.
- () Em “Em 2011, ao falar no Senado dos EUA, Antonin Scalia, juiz da Suprema Corte americana, lembrou que a antiga União Soviética...” (4º par.), o termo sublinhado exerce função sintática de Sujeito agente em relação ao verbo “lembrou”.
- () Em “Mesmo as mais inclusivas são conduzidas por pessoas...” (5º par.), o termo preposicionado em destaque exerce função sintática de Complemento nominal do Adjetivo “conduzidas”.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) F – F – F – F – F.
- b) V – V – V – V – V.
- c) V – F – F – F – V.
- d) F – F – F – F – V.

e) F – V – V – F – F.

09. “Políticos são estimulados a mentir” (9º par.). No excerto anterior, nota-se em destaque uma preposição utilizada pelo critério da Regência nominal. Adaptando-se esse fragmento a fim de que ele possa receber o sinal indicativo de Crase, a alternativa cuja reescrita se encontra adequada, segundo as regras gramaticais, faz-se presente em:

- a) “...à faltarem com a verdade”
- b) “...à falta da verdade”.
- c) “...à qualquer verdade”.
- d) “...à uma quebra da verdade”.
- e) “...à mentiras contundentes”.

10. Assinale a alternativa cuja reescrita de um fragmento do texto apresente incorreção gramatical quanto ao emprego de um sinal de Pontuação, segundo a norma culta da Língua Portuguesa.

- a) “Só existem pessoas; e elas podem ser competentes ou incapazes, virtuosas ou malélicas, generosas ou psicopatas.” (2º par.)
- b) “No seu livro *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*, o economista Douglas North diz que instituições são as regras do jogo em uma sociedade.” (3º par.)
- c) “Scalia disse: que a liberdade americana não é garantida por palavras...” (4º par.)
- d) “Nossas instituições são evidentemente extrativas.” (5º par.)
- e) “Allan Bloom comenta a preocupação de Sócrates com a educação dos governantes, no prefácio de sua excepcional tradução de A República de Platão.” (6º par.)

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11. Considere as seguintes proposições:

(P): O funcionário bate o ponto no horário.

(Q): O funcionário cumpre a meta semanal.

(R): O funcionário recebe o bônus de produtividade.

Considere a proposição composta: “Se o funcionário bate o ponto no horário e cumpre a meta semanal, então recebe o bônus de produtividade”. Assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente à proposição dada.

- a) $\sim P \vee \sim Q \vee R$
- b) $\sim P \wedge \sim Q \wedge R$
- c) $(\sim P \wedge \sim Q) \rightarrow R$
- d) $R \rightarrow (P \wedge Q)$
- e) $(P \wedge Q) \leftrightarrow R$

12. Liz, Eloah e Maria têm quantias diferentes em dinheiro. Sabemos que:

- A soma dos valores de Liz e Eloah é R\$36,00.
- A soma dos valores de Eloah e Maria é R\$ 44,00.



- A soma dos valores de Liz e Maria é R\$ 38,00.

Quanto em dinheiro Maria tem?

- a) R\$16,00
- b) R\$ 23,00
- c) R\$ 26,00
- d) R\$ 28,00
- e) R\$ 30,00

13. Em uma equipe de basquetebol, há 12 jogadores disponíveis para compor a equipe titular. Para uma determinada partida, o técnico deverá escolher exatamente 5 jogadores, atribuindo a cada um deles, sem repetição, uma das seguintes cinco posições: armador, ala-armador, ala, ala-pivô e pivô. Considere que os 12 jogadores são distintos, que qualquer jogador pode ocupar qualquer uma das cinco posições e que duas escalasções serão consideradas diferentes sempre que pelo menos um jogador ocupar uma posição diferente. Nessas condições, de quantas maneiras distintas o técnico poderá formar a equipe titular?

- a) 792
- b) b.1.584
- c) 9.504
- d) 95.040
- e) 120.960

14. Considere, no conjunto dos números complexos, as seguintes proposições:

p: "O número 51 é par."

q: "As soluções da equação $x^2 = -25$ são $x = \pm 5i$."

Assinale a alternativa que contém o valor lógico da proposição composta $p \vee q$.

- a) Verdadeira, porque p é verdadeira e q é verdadeira.
- b) Falsa, porque q é falsa, mesmo que p seja verdadeira.
- c) Verdadeira, porque pelo menos uma das proposições é verdadeira.
- d) Falsa, porque ambas são falsas.
- e) Falsa, porque p é falsa e q é verdadeira.

15. Um prisma triangular regular possui todas as suas arestas com comprimento de 8 cm. Qual é o volume desse prisma?

- a) $16\sqrt{3} \text{ cm}^3$.
- b) $126\sqrt{3} \text{ cm}^3$
- c) $64\sqrt{3} \text{ cm}^3$
- d) $8\sqrt{3} \text{ cm}^3$
- e) $128\sqrt{3} \text{ cm}^3$

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

16. Em um laboratório de informática utilizado por diferentes servidores ao longo do dia, cada profissional

possui credenciais próprias e, nas atividades rotineiras, trabalha com uma conta que não dispõe de privilégios administrativos. Quando determinada operação exige alterações sensíveis na configuração do sistema, são necessárias credenciais ou autorização compatíveis com essa finalidade. A partir desse cenário, examine as afirmativas.

I. A utilização cotidiana de contas com privilégios limitados pode reduzir o impacto de determinadas ações indevidas, uma vez que certas modificações no sistema dependem de autorização adicional ou elevação de privilégios.

II. A adoção de contas individualizadas permite atribuir permissões distintas e, quando associada a mecanismos adequados de autenticação e registro, favorece a atribuição e a rastreabilidade das ações realizadas.

III. Uma vez implementada a separação de privilégios, atualizações destinadas à correção de vulnerabilidades tornam-se dispensáveis para usuários sem direitos administrativos, pois eventuais códigos maliciosos permanecerão necessariamente restritos à conta comprometida.

IV. Em computadores compartilhados, a concessão permanente de privilégios administrativos a todos os usuários constitui alternativa equivalente, sob a perspectiva de segurança, à concessão apenas dos privilégios necessários às tarefas desempenhadas.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

17. No Microsoft Excel configurado para utilizar nomes de funções em português, o intervalo C2:C31 é destinado ao registro da quantidade de atividades entregues pelos estudantes de uma turma. As células podem conter números inteiros iguais ou superiores a zero, sendo 0 um registro válido. Células ainda não preenchidas permanecem vazias. Pretende-se obter a quantidade de células do intervalo que possuem registros numéricos, contabilizando também aquelas cujo conteúdo seja zero e desconsiderando as que permanecem vazias. Qual fórmula produz diretamente o resultado pretendido?

- a) =CONT.SE(C2:C31;">0")
- b) =CONT.SE(C2:C31;"<>")
- c) =CONT.SE(C2:C31;">=1")
- d) =CONT.NÚM(C2:C31)
- e) =CONT.VALORES(C2:C31)

18. Ao consultar o correio eletrônico institucional, uma servidora encontra uma mensagem aparentemente enviada por um fornecedor com o qual a instituição mantém contato. O texto informa que há um documento urgente disponível para consulta e traz um arquivo executável



compactado. A mensagem menciona o nome real de um funcionário do fornecedor e reproduz elementos visuais semelhantes aos utilizados pela empresa. Antes de prosseguir, porém, a servidora posiciona o ponteiro sobre um dos links e percebe que o endereço de destino não corresponde ao domínio normalmente utilizado pelo remetente. Considerando os indícios apresentados e as boas práticas de segurança da informação, assinale a alternativa incorreta.

- a) A utilização de nomes reais e de elementos visuais conhecidos pode aumentar a credibilidade da mensagem sem, contudo, comprovar sua autenticidade.
- b) A divergência entre o destino efetivo do link e o domínio esperado constitui elemento relevante para que a solicitação seja verificada antes de qualquer interação.
- c) A presença inesperada de arquivo executável recomenda a confirmação de sua legitimidade antes da abertura ou execução, mesmo quando a mensagem aparenta origem conhecida.
- d) A confirmação da solicitação por um canal previamente conhecido do fornecedor tende a ser mais segura do que utilizar exclusivamente informações de contato fornecidas na própria mensagem suspeita.
- e) A correspondência entre o nome exibido no campo do remetente, a identidade visual da empresa e o nome de um funcionário efetivamente vinculado ao fornecedor constitui evidência suficiente para afastar a possibilidade de falsificação da origem da mensagem.

19. Durante a elaboração de um relatório institucional em um editor de texto, três servidores participam da revisão do documento. O primeiro pretende apenas registrar uma observação sobre determinado parágrafo, sem modificar imediatamente sua redação. O segundo deve propor alterações no próprio texto de modo que inclusões e exclusões possam ser posteriormente examinadas. Ao final, o responsável pelo documento deverá decidir quais dessas modificações serão incorporadas à versão consolidada. Considerando funcionalidades de revisão encontradas em editores de texto como Microsoft Word e aplicações equivalentes, assinale a alternativa que descreve adequadamente a utilização desses recursos.

- a) Comentários e controle de alterações modificam necessariamente o conteúdo principal do documento; distinguem-se porque apenas os comentários podem ser posteriormente excluídos.
- b) Comentários podem registrar observações sem substituir o conteúdo a que estão associados, enquanto o controle de alterações pode registrar modificações realizadas no texto para posterior análise, inclusive com possibilidade de aceitação ou rejeição.
- c) O controle de alterações preserva o texto original apenas enquanto nenhum comentário tiver sido inserido; após a inclusão de comentários, as modificações passam a ser incorporadas definitivamente.

d) A aceitação ou rejeição de alterações é aplicável aos comentários inseridos no documento, enquanto modificações registradas pelo controle de alterações precisam ser consolidadas manualmente por nova digitação.

e) Comentários são destinados à edição colaborativa do conteúdo principal, ao passo que o controle de alterações registra exclusivamente modificações de formatação, sem alcançar inserções ou exclusões de texto.

20. Uma equipe pedagógica decidiu ampliar o emprego das TDIC em determinada unidade curricular. O planejamento prevê disponibilização de materiais em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, produção de conteúdos pelos estudantes, acompanhamento das atividades realizadas no ambiente e utilização de ferramentas de interação. Sobre a integração desses recursos ao processo educacional, julgue as proposições a seguir.

- I. A disponibilização de materiais pode ser articulada a atividades nas quais os estudantes comparem fontes, selecionem informações e produzam sínteses próprias, ampliando o uso do ambiente para além do simples armazenamento de arquivos.
- II. Registros de participação e de entrega de atividades existentes no ambiente podem fornecer elementos para o acompanhamento pedagógico, embora sua interpretação deva considerar os objetivos das atividades e outros elementos relevantes do processo de aprendizagem.
- III. A utilização de mecanismos automatizados de acompanhamento tende a reduzir a necessidade de intervenção do professor, razão pela qual os registros produzidos pela plataforma podem substituir, de maneira geral, a análise pedagógica das atividades realizadas pelos estudantes.
- IV. Ferramentas digitais podem integrar propostas de autoria e colaboração nas quais os estudantes participem da elaboração e revisão de um produto comum.

Assinale a alternativa que apresenta todas as proposições corretas.

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. Entre os indicadores econômicos divulgados para Seabra, o PIB per capita alcançou R\$ 18.670,38 em 2023. A interpretação desse dado exige distinguir produção econômica, população e distribuição de renda. Assinale a alternativa que apresenta a leitura tecnicamente adequada do indicador.



- a) O valor corresponde à renda anual efetivamente recebida por cada morador do município, independentemente de sua participação na atividade econômica.
- b) O indicador resulta da relação entre o Produto Interno Bruto e a população utilizada no cálculo, mas não demonstra, isoladamente, como a renda ou a riqueza produzida se distribui entre os habitantes.
- c) O PIB per capita mede a parcela da população economicamente ativa que recebe rendimento superior à média estadual.
- d) O valor permite concluir que todos os domicílios do município possuíam, em 2023, renda anual próxima ao montante indicado.
- e) O indicador corresponde à arrecadação municipal dividida pela população, razão pela qual expressa diretamente a capacidade financeira da Prefeitura.

22. A posição regional de Seabra resulta da interação entre características territoriais e funções urbanas. Nesse contexto, considere:

- I. A BR-242 amplia as possibilidades de circulação entre Seabra e outras localidades, favorecendo fluxos intermunicipais de pessoas e mercadorias.
- II. A concentração de comércio, serviços e determinados equipamentos públicos pode gerar deslocamentos de moradores de outros municípios em direção a Seabra.
- III. A acessibilidade rodoviária e a oferta de funções urbanas podem atuar conjuntamente na formação da centralidade regional, sem que uma delas, isoladamente, seja suficiente para explicar todos os fluxos existentes.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas II está correta.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) Apenas II e III estão corretas.

23. O IBGE apresenta para Seabra IDHM de 0,635, com referência ao ano de 2010. Em uma análise sobre as condições sociais do município, esse indicador foi comparado a dados demográficos mais recentes. Considerando a natureza e a referência temporal do IDHM, avalie as afirmativas:

- I. O IDHM sintetiza dimensões relacionadas a longevidade, educação e renda.
- II. O valor divulgado para Seabra não deve ser tratado como indicador produzido a partir do Censo de 2022, pois sua referência é 2010.
- III. Por reunir dimensões sociais e econômicas, o IDHM permite identificar diretamente a distribuição interna de renda entre os diferentes grupos da população municipal.
- IV. A comparação do IDHM com indicadores de outros anos exige atenção às distintas referências temporais dos dados.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.

- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

24. A Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Urbanismo de Seabra possui atribuições que alcançam diferentes componentes da infraestrutura e do espaço urbano municipal. Em um plano anual de trabalho, foram propostas as seguintes ações:

- I. Conservar e executar pavimentações de vias públicas municipais;
- II. Promover construção, pavimentação e conservação de estradas municipais;
- III. Ampliar e manter a iluminação pública;
- IV. Definir e executar a manutenção de rodovias federais que atravessam o município, independentemente do órgão responsável pela via.

À luz das atribuições administrativas municipais, está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

25. As atribuições municipais nas áreas de educação e assistência social podem alcançar uma mesma família sem que isso implique confusão entre as competências dos órgãos envolvidos. Considere uma ação voltada a estudantes em situação de vulnerabilidade, na qual foram identificadas dificuldades de permanência escolar associadas a problemas sociofamiliares. À luz das atribuições desenvolvidas no âmbito municipal de Seabra, a providência mais adequada é:

- a) Concentrar o acompanhamento na política educacional, uma vez que a matrícula do estudante define qual órgão municipal deve assumir integralmente o atendimento da família.
- b) Encaminhar as questões sociofamiliares para atuação estadual, permanecendo com o município apenas as medidas diretamente relacionadas ao processo pedagógico.
- c) Suspender as intervenções educacionais até a conclusão do acompanhamento socioassistencial, evitando sobreposição entre políticas municipais.
- d) Atribuir à assistência social a responsabilidade pela permanência escolar, pois situações de vulnerabilidade deslocam para essa área as atribuições originalmente educacionais.
- e) Articular as políticas municipais de educação e assistência social, preservando as competências específicas de cada área e promovendo atuação integrada diante das diferentes necessidades identificadas.

26. Em 2019, a Comunidade Remanescente Quilombola Lagoa do Baixão, localizada em Seabra, recebeu título de



domínio coletivo de área tradicionalmente ocupada. Segundo a divulgação oficial, a medida alcançou aproximadamente 115 famílias e uma área de cerca de 1.306 hectares. Considerando o significado territorial e social desse processo, analise as proposições:

- I. A titulação coletiva está associada à regularização fundiária e ao reconhecimento da ocupação tradicional da comunidade.
- II. O reconhecimento do domínio coletivo implica a transformação automática da comunidade em distrito político-administrativo do município.
- III. A regularização de território tradicional não se confunde com simples incorporação da área ao patrimônio imobiliário da Prefeitura.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Apenas I e III estão corretas.

27. Diferentes elementos integram o patrimônio e a identidade cultural de Seabra. Entre eles estão a denominação “Cidade das Rosas”, manifestações religiosas e registros arqueológicos relacionados a ocupações anteriores à formação do município contemporâneo. Analise as afirmativas:

- I. A expressão “Cidade das Rosas” relaciona-se à difusão do cultivo de roseiras por famílias e jardins da cidade.
- II. Os achados arqueológicos associados a grupos indígenas pré-coloniais demonstram que a história da ocupação humana do território não se inicia com a emancipação de Campestre.
- III. A existência de manifestações religiosas e de vestígios arqueológicos permite tratar patrimônio cultural e memória histórica como fenômenos restritos ao período posterior à criação do município.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I e II, apenas.

28. A dinâmica econômica de Seabra envolve atividades rurais, comércio e prestação de serviços, estabelecendo relações que ultrapassam os limites de cada setor. Com base nessa característica, analise:

- I. A produção vinculada à agricultura familiar pode gerar demanda por transporte, comercialização e outros serviços associados à circulação de mercadorias.
- II. O crescimento das atividades de serviços tende a reduzir os encadeamentos econômicos associados à produção rural, pois os dois setores atendem a mercados distintos no espaço municipal.
- III. A capacidade de atrair consumidores de municípios vizinhos pode ampliar o mercado efetivo de determinados

estabelecimentos e serviços para além da população residente em Seabra.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

29. A identificação do Centro Geodésico da Bahia em território de Seabra, nas imediações de Várzea do Caldas, constitui uma referência espacial definida por procedimentos técnicos. A respeito dessa informação, examine as afirmativas:

- I. A determinação de um centro geodésico está relacionada a critérios técnicos de posicionamento espacial.
- II. A localização do ponto em território de Seabra não implica sua coincidência com a sede urbana ou administrativa do município.
- III. Por representar uma referência central no território estadual, a posição geodésica permite estabelecer Seabra como ponto de menor percurso rodoviário médio entre os municípios baianos.
- IV. A localização nas imediações de Várzea do Caldas evidencia que uma referência geográfica situada em determinado município pode estar fora de sua sede administrativa.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

30. Seabra integra o Território de Identidade Chapada Diamantina, recorte utilizado pelo Estado da Bahia em ações de planejamento, produção de informações e participação territorial. A respeito dessa inserção, assinale a alternativa correta.

- a) A participação de Seabra no Território de Identidade significa que o município deixa de possuir autonomia administrativa nas matérias submetidas ao planejamento territorial.
- b) O Território de Identidade constitui nova esfera federativa intermediária entre o Estado e os municípios, com competências administrativas próprias.
- c) A inserção territorial substitui os limites municipais para fins de prestação dos serviços públicos, fazendo com que os órgãos de Seabra atendam obrigatoriamente todos os municípios integrantes.
- d) O recorte territorial pode apoiar planejamento, produção de indicadores e articulação entre poder público e sociedade, sem eliminar a autonomia político-administrativa dos municípios que o compõem.



e) A classificação de Seabra na Chapada Diamantina decorre exclusivamente de sua posição geodésica, não possuindo relação com instrumentos de planejamento territorial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Câmara Municipal de Alfa aprovou projeto de lei, de autoria parlamentar, determinando que o Poder Executivo disponibilize, em seu portal eletrônico, informações atualizadas sobre a fila de espera para consultas, exames e procedimentos da rede municipal de saúde. A proposição não cria cargos, não altera a estrutura dos órgãos municipais nem modifica o regime jurídico dos servidores, embora sua implementação demande providências administrativas e gere custos operacionais. O Prefeito vetou integralmente o projeto, sob fundamento de vício formal de iniciativa, argumentando que qualquer proposição parlamentar capaz de criar despesa ou impor obrigações ao Executivo invadiria matéria reservada ao Chefe desse Poder. Solicitado a examinar juridicamente o veto, o advogado da Câmara deverá concluir que:

- a) O veto possui fundamento constitucional, porque a criação de qualquer obrigação administrativa ao Executivo, ainda que não envolva servidores ou órgãos, caracteriza interferência parlamentar na gestão administrativa.
- b) A iniciativa parlamentar somente seria constitucional se a proposição tivesse natureza autorizativa, deixando ao Prefeito a faculdade de implementar ou não as medidas previstas.
- c) A geração de despesa decorrente de lei parlamentar não configura, isoladamente, vício de iniciativa, desde que a norma não trate de matérias constitucionalmente reservadas ao Chefe do Executivo, como estrutura ou atribuições dos órgãos da Administração e regime jurídico de servidores.
- d) A constitucionalidade dependeria da existência, no momento da apresentação do projeto, de dotação orçamentária específica e suficiente para custear integralmente todas as despesas decorrentes da futura lei.
- e) Embora inexista vício de iniciativa, a proposição seria materialmente inconstitucional porque o Legislativo não pode disciplinar mecanismos de publicidade administrativa relacionados a serviços executados pelo Poder Executivo.

32. O Tribunal de Contas competente emitiu parecer prévio pela rejeição das contas anuais apresentadas pelo Prefeito do Município Beta. Encaminhado o processo à Câmara Municipal, transcorreram dezoito meses sem inclusão da matéria em pauta. O Regimento Interno da Casa estabelece que, não apreciado o parecer no prazo de noventa dias, considera-se definitivamente acolhida a conclusão do Tribunal de Contas. Examine as proposições:

I. O julgamento das contas anuais do Chefe do Executivo municipal compete à Câmara Municipal, cabendo ao Tribunal de Contas emitir parecer prévio.

II. O parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

III. É constitucional a previsão regimental de julgamento ficto das contas pelo decurso do prazo, desde que o parecer do Tribunal de Contas tenha recomendado sua rejeição.

IV. A inércia da Câmara não transforma o parecer técnico em decisão definitiva, pois a jurisprudência do STF não admite julgamento ficto das contas anuais do Prefeito por mero decurso do prazo.

A sequência correta é:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) V – V – V – F.
- e) F – F – V – V.

33. Ao elaborar parecer sobre proposta de alteração da Lei Orgânica, a assessoria jurídica da Câmara Municipal discutiu a natureza da autonomia municipal e os limites impostos ao legislador local. Um dos pareceristas afirmou que a Lei Orgânica desempenharia, no Município, função equivalente à de uma Constituição e, por essa razão, seria manifestação de verdadeiro poder constituinte derivado decorrente. A respeito dessa conclusão, marque a alternativa incorreta.

- a) A Lei Orgânica deve observar os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado, não dispondo o Município de autonomia normativa soberana.
- b) A Constituição exige que a Lei Orgânica municipal seja votada em dois turnos, observado interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, à qual compete promulgá-la.
- c) A autonomia municipal possui dimensão política, administrativa, financeira e normativa, dentro dos limites traçados pela ordem constitucional.
- d) A competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, decorre diretamente da Constituição Federal.
- e) A elaboração da Lei Orgânica constitui exercício de poder constituinte derivado decorrente em sentido próprio, equivalente àquele conferido constitucionalmente aos Estados para elaboração de suas Constituições, razão pela qual a Lei Orgânica ocupa posição hierárquica imediatamente inferior à Constituição Federal e superior à Constituição Estadual.

34. Após processo administrativo regularmente instaurado, determinado Município aplicou multa elevada a empresa que explorava atividade econômica sujeita à fiscalização local. A lei previa faixa sancionatória entre R\$ 20.000,00 e R\$ 200.000,00. A autoridade fixou a penalidade no máximo legal, limitando-se a afirmar que a infração era “grave”, embora o processo demonstrasse primariedade da empresa, rápida correção da irregularidade e reduzido impacto concreto. A empresa ajuizou ação anulatória. O Município sustentou que, estando a multa dentro dos



limites legais, qualquer revisão judicial do valor significaria substituição indevida do mérito administrativo. Assinale a solução juridicamente adequada.

- a) A sanção é insuscetível de revisão judicial quanto à intensidade, pois a definição do valor dentro da faixa legal constitui mérito administrativo reservado exclusivamente à Administração.
- b) O Poder Judiciário poderá substituir livremente a Administração e escolher o valor que reputar mais conveniente, independentemente da existência de ilegalidade na motivação administrativa.
- c) A existência de processo administrativo regular impede o controle judicial da proporcionalidade da sanção, salvo quando demonstrado desvio de finalidade mediante prova de vantagem pessoal da autoridade.
- d) A discricionariedade na dosimetria não afasta o controle de juridicidade. Se a Administração deixa de apresentar motivação suficiente ou aplica sanção manifestamente desproporcional aos elementos concretos do processo, o ato pode ser submetido ao controle judicial, sem que isso autorize o juiz a substituir ordinariamente a Administração em escolhas legítimas de conveniência e oportunidade.
- e) A multa deve ser mantida porque o princípio da legalidade se considera integralmente satisfeito quando o valor aplicado permanece entre o mínimo e o máximo previstos em lei, ainda que inexistente motivação individualizada para a escolha do patamar.

35. Durante sessão plenária da Câmara Municipal, um Vereador, ao discutir contrato firmado pela Prefeitura, afirmou que determinado empresário havia sido beneficiado por “um esquema montado para direcionar a contratação”. O empresário ajuizou ação indenizatória diretamente contra o parlamentar, alegando ofensa à honra. Ficou demonstrado que a manifestação ocorreu da tribuna, durante debate sobre fiscalização do contrato, sem divulgação posterior pelo Vereador em contexto estranho à atividade parlamentar. A defesa invocou a inviolabilidade material prevista na Constituição. Nesse cenário, a conclusão juridicamente mais adequada é a de que:

- a) A imunidade material dos Vereadores somente abrange responsabilidade penal, permanecendo íntegra a responsabilidade civil pelas opiniões proferidas durante o mandato.
- b) Estando a manifestação vinculada ao exercício do mandato e tendo ocorrido na circunscrição do Município, incide, em princípio, a inviolabilidade material assegurada pelo art. 29, VIII, da Constituição, que alcança opiniões, palavras e votos do Vereador nos limites constitucionalmente estabelecidos.
- c) A inviolabilidade parlamentar municipal depende de prévia autorização da Câmara para produzir efeitos nas relações civis, pois se trata de garantia institucional disponível pela Casa Legislativa.
- d) A proteção somente alcançaria a manifestação caso o Vereador comprovasse posteriormente a veracidade integral da

acusação, pois a imunidade constitucional não incide sobre afirmações potencialmente ofensivas.

- e) Os Vereadores desfrutam da mesma extensão territorial da imunidade material conferida aos Deputados Federais e Senadores, sendo irrelevante que a manifestação tenha ou não relação com a circunscrição municipal.

36. A Câmara Municipal celebrou contrato continuado de prestação de serviços após regular procedimento licitatório. Durante a execução, o fiscal formalmente designado passou a identificar reiterados descumprimentos das obrigações contratuais. Em vez de registrar as ocorrências, limitou-se a realizar advertências verbais ao preposto da empresa. Meses depois, as irregularidades se agravaram, causando prejuízos à Administração. Na apuração interna, foram formuladas quatro conclusões:

- I. O fiscal deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e determinar o necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- II. Se determinada providência ultrapassar sua competência, deverá informar a situação a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas pertinentes.
- III. A contratação de terceiros para assistir e subsidiar o fiscal, quando admitida, transfere ao terceiro contratado a responsabilidade exclusiva pela fiscalização técnica do contrato.
- IV. O fiscal deve ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

À vista da Lei nº 14.133/2021, estão corretas:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

37. Em contrato de reforma de edifício público, circunstâncias verificadas durante a execução tornaram tecnicamente necessário ampliar determinados quantitativos. A Administração pretende promover acréscimo correspondente a 40% do valor inicial atualizado do contrato. A contratada reconhece a necessidade técnica, mas afirma que não está obrigada a aceitar o acréscimo porque o limite geral das alterações unilaterais seria de 25%. O parecer jurídico deverá registrar que:

- a) Qualquer acréscimo superior a 25% exige nova licitação, inclusive nas reformas de edifícios e equipamentos, sendo indisponível o limite geral.
- b) Nas reformas, tanto os acréscimos quanto as supressões podem atingir 50% do valor inicial atualizado, independentemente da concordância do contratado.



c) O limite de 50% somente pode ser utilizado mediante acordo entre as partes, pois alterações unilaterais permanecem invariavelmente limitadas a 25%.

d) Nas reformas de edifício ou equipamento, o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos de até 50% do valor inicial atualizado do contrato, permanecendo as supressões unilaterais submetidas ao limite geral de 25%, sem prejuízo da preservação da equação econômico-financeira quando cabível.

e) A Administração pode superar o percentual de 50% sempre que comprovar tecnicamente que a realização de nova licitação seria economicamente desvantajosa.

38. Uma sociedade empresária declarou corretamente fato gerador de tributo submetido a lançamento por homologação e efetuou pagamento parcial, sem ocorrência de dolo, fraude ou simulação. Anos depois, o Fisco identificou diferença não recolhida e iniciou procedimento destinado à constituição do saldo. O advogado responsável pela análise sustenta que, por ter ocorrido recolhimento parcial, o prazo decadencial para constituição da diferença deve ser contado da ocorrência do fato gerador, e não segundo a regra geral do art. 173, I, do CTN. Diante da disciplina atualmente vigente no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que contém a solução correta.

a) A conclusão está correta: no caso de pagamento parcial de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo decadencial é contado da ocorrência do fato gerador, disciplina hoje expressamente prevista no CTN.

b) A conclusão está incorreta, pois qualquer diferença tributária não paga submete-se necessariamente ao art. 173, I, ainda que tenha ocorrido pagamento parcial tempestivo.

c) A aplicação da regra vinculada à ocorrência do fato gerador exige homologação expressa do pagamento parcial pela autoridade fiscal; inexistindo-a, incide necessariamente o art. 173, I.

d) O pagamento parcial extingue definitivamente todo o crédito tributário relativo ao fato gerador, sendo juridicamente impossível lançamento complementar depois de realizado o recolhimento.

e) A existência de pagamento parcial é irrelevante para a decadência, porque o prazo para lançamento de tributos sujeitos à homologação começa sempre no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

39. Em execução fiscal municipal, a Fazenda foi cientificada de que o devedor não havia sido localizado e de que não tinham sido encontrados bens penhoráveis. Decorrido o período legal de suspensão, o Município apresentou sucessivas petições requerendo pesquisas patrimoniais, todas inicialmente infrutíferas. Tempos depois, antes do pronunciamento sobre a prescrição intercorrente, uma das diligências resultou em efetiva constrição patrimonial. A

defesa do executado sustenta que nenhum requerimento formulado pela Fazenda seria capaz de produzir repercussão sobre o prazo prescricional. Considerando a sistemática consolidada pelo STJ no REsp 1.340.553/RS e nos Temas Repetitivos 566 a 571, identifique a afirmação incorreta.

a) O período de um ano previsto no art. 40 da LEF tem início automaticamente a partir da ciência da Fazenda acerca da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis, observadas as particularidades estabelecidas pela jurisprudência para a sistemática do dispositivo.

b) Encerrado o período de suspensão, o prazo prescricional aplicável passa a correr automaticamente, ainda que não exista novo pronunciamento judicial determinando expressamente seu início.

c) O simples protocolo de pedido de pesquisa ou penhora, desacompanhado de resultado útil, não basta, por si só, para interromper a prescrição intercorrente.

d) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação, inclusive editalícia, são eventos reconhecidos pelo STJ como aptos a interromper o curso da prescrição intercorrente.

e) Qualquer requerimento de constrição patrimonial apresentado tempestivamente pela Fazenda interrompe imediatamente a prescrição intercorrente, ainda que a diligência permaneça infrutífera durante todo o período prescricional, pois a atividade processual do exequente basta para impedir a prescrição.

40. No último ano de mandato, o Presidente de uma Câmara Municipal pretende assumir, no mês de setembro, obrigação contratual cuja execução se estenderá ao exercício seguinte. O setor financeiro informa que parte da despesa não poderá ser integralmente paga até 31 de dezembro, mas sustenta que a contratação seria regular porque a obrigação poderá ser inscrita em restos a pagar, independentemente da disponibilidade financeira existente ao final do exercício. O assessor jurídico deverá advertir que, nos últimos dois quadrimestres do mandato:

a) Toda obrigação cuja execução ultrapasse 31 de dezembro é proibida, ainda que exista suficiente disponibilidade de caixa para suportar as parcelas transferidas ao exercício seguinte.

b) A restrição da LRF aplica-se exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, não alcançando o Presidente da Câmara Municipal, em razão da autonomia financeira do Legislativo.

c) É vedado ao titular de Poder ou órgão abrangido pela LRF contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito, devendo ser considerados, na determinação dessa disponibilidade, os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

d) Basta a existência de dotação na LOA para que a obrigação seja assumida, porque disponibilidade de caixa constitui



requisito para pagamento, e não para validade da contratação no período final do mandato.

e) A vedação alcança apenas despesas com pessoal e operações de crédito, não se aplicando às obrigações decorrentes de contratos administrativos regularmente licitados.

41. Uma sociedade empresária foi condenada ao pagamento de R\$ 680.000,00 em demanda decorrente de inadimplemento contratual. Intimado da sentença, o advogado constituído deixou transcorrer o prazo para apelação. Em ação posteriormente ajuizada contra o profissional, perícia e prova documental demonstraram que a sentença havia desconsiderado cláusula contratual cuja interpretação, em precedentes do tribunal competente, apresentava orientação favorável à tese da empresa. Os elementos disponíveis, contudo, não permitiam afirmar que eventual apelação seria necessariamente provida. A autora requereu indenização correspondente aos R\$ 680.000,00, argumentando que a negligência do advogado deveria ser considerada causa jurídica equivalente à própria condenação. Consideradas as particularidades do caso, assinale a conclusão mais adequada.

a) Demonstrada a culpa profissional pela perda do prazo, presume-se o nexo causal entre a omissão e a integralidade da condenação, cabendo ao advogado demonstrar que a apelação seria desprovida.

b) A ausência de certeza sobre o provimento da apelação exclui dano patrimonial indenizável, pois somente resultados futuros juridicamente certos podem integrar a esfera patrimonial da vítima.

c) O simples impedimento de acesso à instância recursal constitui dano patrimonial autônomo, cuja indenização deve necessariamente corresponder ao valor econômico integral discutido no recurso não interposto.

d) A responsabilidade não decorre automaticamente da perda do prazo: deve-se investigar se foi efetivamente suprimida oportunidade séria e real de obtenção de posição jurídica mais favorável, sendo a extensão da reparação relacionada à chance perdida, e não necessariamente equivalente ao benefício econômico integral que seria alcançado apenas na hipótese de êxito do recurso.

e) A indenização somente será admissível se a empresa demonstrar probabilidade superior a cinquenta por cento de provimento da apelação, parâmetro mínimo objetivo utilizado para distinguir expectativa juridicamente relevante de possibilidade meramente hipotética.

42. Em ação proposta contra determinado Município, foi proferida sentença que reconheceu obrigação de pagar quantia certa correspondente a 80 salários mínimos. A decisão não se fundamentou em súmula de tribunal superior, precedente qualificado, entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou

assunção de competência, nem em orientação vinculante adotada administrativamente pelo próprio ente. A Procuradoria Municipal, regularmente intimada, deixou transcorrer o prazo sem interposição de apelação. Posteriormente, foram apresentadas as seguintes manifestações:

I. A ausência de apelação não transforma, por si só, a sentença em decisão necessariamente submetida ao Tribunal, pois a incidência do reexame obrigatório deve ser examinada segundo as hipóteses e exceções estabelecidas pelo CPC.

II. Tratando-se de condenação líquida contra Município inferior a cem salários mínimos, a sentença não está sujeita ao reexame obrigatório pela regra quantitativa pertinente.

III. Caso a condenação fosse de 120 salários mínimos, a incidência do reexame obrigatório seria inevitável, independentemente do fundamento jurídico utilizado pela sentença.

IV. A ausência de recurso voluntário da Fazenda e a remessa necessária são fenômenos processuais distintos, não sendo correto tratar a segunda simplesmente como recurso interposto de ofício.

À luz do CPC, assinale a opção correta.

a) I e II, apenas.

b) I, II e IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

e) II, III e IV, apenas.

43. A Câmara Municipal contratou regularmente empresa para prestação continuada de serviços. Após alguns meses, empregados terceirizados começaram a receber salários com atraso. Um deles encaminhou ao gestor do contrato comunicação escrita, acompanhada de contracheques e extratos bancários, indicando dois meses consecutivos de inadimplemento. O documento foi protocolizado, mas nenhuma providência fiscalizatória foi adotada. Posteriormente, a contratada encerrou suas atividades sem quitar salários, férias e verbas rescisórias. Em reclamação trabalhista, o empregado pretende responsabilizar subsidiariamente o ente público. Considere:

I. O inadimplemento das obrigações trabalhistas pela contratada não transfere automaticamente à Administração Pública a responsabilidade por essas parcelas.

II. Não se pode impor responsabilidade subsidiária ao Poder Público exclusivamente porque ele não demonstrou em juízo ter fiscalizado adequadamente o contrato, mediante simples inversão do ônus probatório.

III. A inércia da Administração após o recebimento de notificação formal e fundamentada sobre descumprimento trabalhista pode caracterizar comportamento negligente para os fins definidos pelo STF.

IV. Demonstrada a negligência da Administração nos termos fixados pelo STF, sua responsabilidade passa a ser solidária



com a empregadora, porque ambas concorreram causalmente para o dano.

V. Para fins da responsabilização discutida, permanece necessária a demonstração, pela parte autora, de comportamento negligente ou do nexo causal entre o dano invocado e conduta comissiva ou omissiva do Poder Público.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas.

- a) I, II, III e V.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

44. O Município Alfa possui RPPS regularmente instituído. Em razão da revisão da legislação previdenciária local, pretende-se definir quais agentes poderão ser incluídos compulsoriamente no regime próprio. Encontram-se atualmente vinculados ao Município:

- I. Servidor aprovado em concurso e titular de cargo efetivo;
- II. Empregado de empresa pública municipal, admitido mediante concurso e submetido à CLT;
- III. Servidor efetivo municipal que, sem rompimento do vínculo efetivo, foi nomeado para exercer cargo em comissão;
- IV. Pessoa sem vínculo efetivo anteriormente existente, nomeada exclusivamente para cargo em comissão;
- V. Profissional contratado temporariamente para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;
- VI. Vereador que não mantém outro vínculo funcional com ente público.

A proposta legislativa pretende incluir todos no RPPS sob o argumento de que a existência de vínculo jurídico com o Município constitui elemento suficiente para a filiação ao regime próprio. Considerando exclusivamente as situações descritas, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I poderá estar submetido ao RPPS, porque o exercício superveniente de cargo em comissão necessariamente transfere o servidor efetivo ao RGPS enquanto durar a função.
- b) I e III integram o âmbito subjetivo do RPPS em razão da titularidade de cargo efetivo; II, IV, V e VI submetem-se ao RGPS nas condições apresentadas.
- c) I, II e III integram o RPPS, pois concurso público constitui o elemento constitucional determinante da vinculação previdenciária.
- d) I, III e VI integram o RPPS, pois mandato eletivo municipal constitui cargo público em sentido constitucional para fins previdenciários.
- e) I, III, IV e V podem integrar o RPPS, desde que lei municipal assim estabeleça, pois a Constituição somente impõe filiação ao RGPS aos empregados públicos.

45. Uma empresa formula, em caráter antecedente, pedido de tutela antecipada contra Município, nos termos do art. 303 do CPC. O juízo defere a medida e determina a

intimação do ente público. A Procuradoria, embora regularmente intimada, não interpõe o recurso cabível nem adota medida processual destinada a impugnar a decisão no prazo pertinente. A respeito da eventual estabilização da tutela antecipada antecedente, foram apresentadas as seguintes conclusões:

- I. A estabilização é absolutamente incompatível com demandas contra a Fazenda Pública, porque todo provimento desfavorável ao ente público depende de remessa necessária.
- II. A tutela antecipada requerida em caráter antecedente possui disciplina própria nos arts. 303 e 304 do CPC, podendo estabilizar-se quando presentes os pressupostos legais.
- III. A decisão estabilizada não faz coisa julgada material, e qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela, observado o prazo legal.
- IV. A remessa necessária prevista para determinadas sentenças contra a Fazenda Pública não pode ser automaticamente equiparada ao recurso a que se refere o art. 304 para impedir a estabilização.

Considerando o CPC, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

46. O advogado de uma Câmara Municipal, regularmente investido em função de assessoramento jurídico, foi consultado sobre contratação administrativa de elevada complexidade. Após examinar os documentos disponíveis, apresentou parecer fundamentado, expondo a controvérsia jurídica existente, identificando riscos e adotando uma das interpretações juridicamente defensáveis à época. A autoridade competente acolheu o parecer e celebrou o ajuste. Anos depois, o Tribunal de Contas adotou interpretação diversa e considerou irregular a contratação. Não foram identificados conluio, fraude, vantagem pessoal, ocultação deliberada de informações ou circunstância que demonstrasse atuação dolosa do parecerista. Pretende-se responsabilizar pessoalmente o advogado exclusivamente porque sua interpretação jurídica não prevaleceu perante o órgão de controle. Assinale a alternativa que melhor se harmoniza com o regime jurídico aplicável.

- a) A divergência interpretativa posterior é suficiente para caracterizar erro grosseiro, pois o advogado público responde objetivamente pela correção jurídica das conclusões consignadas em parecer.
- b) O advogado somente pode ser responsabilizado quando o parecer for vinculante; manifestações facultativas ou obrigatórias, ainda que fraudulentas, são protegidas pela independência profissional.
- c) A aprovação do parecer pela autoridade administrativa transfere ao parecerista a autoria jurídica do ato subsequente, estabelecendo solidariedade automática pelos efeitos patrimoniais da decisão.



d) O art. 28 da LINDB impede qualquer responsabilização pessoal de agente público por decisões ou opiniões técnicas, ressalvada exclusivamente a hipótese de condenação criminal definitiva.

e) A mera divergência interpretativa ou posterior superação da tese jurídica não basta, isoladamente, para responsabilizar pessoalmente o parecerista; a análise deve considerar os pressupostos legais de responsabilização, inclusive dolo ou erro grosseiro quando aplicável, além da natureza da manifestação e das circunstâncias concretas em que a opinião técnica foi emitida.

47. Durante investigação, apurou-se que agente público municipal praticou conduta contrária a dever administrativo. O Ministério Público reconheceu não haver enriquecimento ilícito nem dano patrimonial enquadrável no art. 10 da Lei nº 8.429/1992, mas sustentou que a ilegalidade seria suficientemente grave para caracterizar, por si só, violação aos princípios da Administração Pública. Ao examinar a incidência do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, o advogado concluiu corretamente que:

a) A caracterização do ato de improbidade por violação a princípios exige conduta dolosa enquadrável em uma das hipóteses legalmente tipificadas no art. 11, não bastando a invocação genérica de ofensa à legalidade ou a mera voluntariedade do agente.

b) Qualquer ilegalidade administrativa grave permanece enquadrável no caput do art. 11, ainda que a conduta não corresponda a nenhum dos seus incisos, desde que demonstrada repercussão institucional relevante.

c) A reforma de 2021 eliminou a modalidade culposa apenas dos atos de enriquecimento ilícito, permanecendo possível improbidade culposa por lesão ao erário ou violação a princípios.

d) A exigência de dolo restringe-se aos arts. 9º e 10, pois os atos contra princípios continuam sujeitos à responsabilidade objetiva quando demonstrada ilegalidade qualificada.

e) A taxatividade do art. 11 impede interpretação jurídica de seus elementos normativos, de modo que somente haverá improbidade quando a conduta reproduzir literalmente a redação de um de seus incisos.

48. Um cidadão requereu à Câmara Municipal relação nominal contendo cargo, lotação e remuneração individualizada de todos os servidores. Parte dos agentes apresentou oposição à divulgação, argumentando que remuneração constitui dado pessoal e que, após a entrada em vigor da LGPD, somente poderia ser disponibilizada mediante consentimento de cada titular. Analise as proposições:

I. O fato de determinada informação constituir dado pessoal não significa, isoladamente, que seu tratamento ou divulgação pelo Poder Público dependa sempre do consentimento do titular.

II. A jurisprudência do STF reconhece legitimidade constitucional à divulgação da remuneração individualizada de agentes públicos, identificados nominalmente, em razão do princípio da publicidade e do interesse coletivo no controle dos gastos públicos.

III. A entrada em vigor da LGPD revogou tacitamente as regras de transparência da LAI sempre que a informação solicitada permitir identificar pessoa natural.

IV. O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve observar finalidade pública, interesse público, competências legais e os princípios aplicáveis à proteção de dados, não se estabelecendo incompatibilidade abstrata entre LGPD e transparência administrativa.

Está correto o que se afirma apenas em:

a) I e III.

b) II e III.

c) I, II e IV.

d) I, III e IV.

e) II e IV.

49. Em 2020, agente público municipal, em ajuste com empresário, promoveu contratação direta fora das hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade. A acusação sustenta que estavam presentes os elementos exigidos pelo tipo penal então previsto na Lei nº 8.666/1993. Durante o processo criminal, a defesa argumentou que a Lei nº 14.133/2021 revogou os dispositivos penais da antiga Lei de Licitações e inseriu os crimes licitatórios no Código Penal, razão pela qual toda conduta praticada anteriormente estaria automaticamente alcançada pela abolitio criminis. À luz da sucessão das leis penais e da disciplina atualmente vigente, marque a alternativa incorreta.

a) A revogação formal de determinado dispositivo penal não implica necessariamente abolitio criminis se a conduta permanece criminalizada em norma posterior, hipótese em que deve ser examinada eventual continuidade típico-normativa.

b) O art. 337-E do Código Penal atualmente tipifica a admissão, possibilidade ou provocação de contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.

c) Na análise de fatos anteriores à Lei nº 14.133/2021, devem ser observados os princípios constitucionais da irretroatividade da lei penal mais gravosa e da retroatividade da lei penal mais benéfica, inclusive mediante comparação dos regimes normativos efetivamente incidentes.

d) A revogação dos arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993 extinguiu necessariamente a punibilidade de todos os fatos anteriormente enquadráveis como crimes licitatórios, sendo juridicamente irrelevante que a legislação posterior tenha mantido a criminalização material de determinadas condutas.

e) A mera mudança da localização topográfica do delito, da legislação especial para o Código Penal, não permite concluir, sem comparação entre os tipos sucessivos, pela descriminalização da conduta.



50. O Município Ômega pretende autorizar empreendimento de significativo impacto urbanístico em região submetida a acelerado adensamento. A legislação municipal exige Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos daquela natureza. O empreendedor, entretanto, já apresentou estudo ambiental no procedimento de licenciamento e sustenta que a exigência de EIV configuraria duplicidade, pois o estudo ambiental necessariamente absorveria toda análise urbanística. No parecer jurídico, foram formuladas cinco conclusões. Assinale a correta.

- a)** O EIV e o estudo ambiental são mutuamente excludentes; realizado qualquer deles, o Município fica impedido de exigir o outro para o mesmo empreendimento.
- b)** O EIV somente pode ser exigido para empreendimentos executados diretamente pelo Poder Público, pois sua imposição a particulares representaria limitação administrativa sem previsão constitucional.
- c)** A exigência de EIV depende exclusivamente de decisão discricionária do Prefeito em cada caso concreto, sendo incompatível com definição prévia em legislação municipal.
- d)** A aprovação do EIV transfere ao Município a responsabilidade pelos impactos de vizinhança posteriormente identificados, pois o licenciamento urbanístico produz presunção absoluta de adequação do empreendimento.
- e)** O EIV constitui instrumento urbanístico destinado à análise dos efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade sobre a qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, e sua elaboração não substitui a elaboração e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental quando este também for exigido pela legislação ambiental.

